



Resíduos

DESAFIOS

ESPECIAL 20 ANOS DO JORNAL AGUA&AMBIENTE

A TECNOLOGIA VAI REVOLUCIONAR O SETOR DOS RESÍDUOS

A tecnologia vai intensificar-se no setor dos resíduos. Quem conhece o passado e o presente do setor ajuda a perspetivar os grandes desafios que estão já ao virar da esquina.



FERNANDO LEITE
ADMINISTRADOR DELEGADO DA LIPORE

CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DA UE PARA O SETOR

Podemos aduzir diversas razões – e algumas até justificáveis – nas opções tecnológicas definidas por Governos anteriores centradas no Tratamento Mecânico e Biológico dos resíduos indiferenciados. E a causa principal da situação em que estamos. O que fazer? Não persistir no mesmo modelo.

APOSTAS CORRETA NA MELHOR RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS

Temos investido muito pouco na recolha de resíduos e o que tem sido impulsionado é a recolha de resíduos indiferenciados, quer em termos de equipamentos disponíveis, quer em periodicidade na recolha. Desafio? Apostar na recolha seletiva de resíduos orgânicos e multimatérias e sempre que possível recolha porta-à-porta.

APOSTAR NA QUALIDADE NAS DIFERENTES FRAÇÕES DE RESÍDUOS

Sem materiais de qualidade não há circularidade no setor. A indústria, para substituir matérias-primas virgens, por materiais secundários provenientes de resíduos, só o farão se estes forem de alta qualidade. Não tem sido opção da maioria dos Sistemas de Gestão de Resíduos, esta opção pela qualidade, mas terá de o ser.

PARTILHA DE INSTALAÇÕES ENTRE SISTEMAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

É um enorme, mas indispensável desafio, mas suspeito que não haja vontades suficientes nas autoridades de supervisão e licenciadoras, para desburocratizar esta importante matéria da partilha das instalações. Temo que se vá perder uma oportunidade importante de otimizar o funcionamento do setor.



LUÍS VEIGA MARTINS
CHIEF SUSTAINABILITY OFFICER DA NOVA SCHOOL OF BUSINESS AND ECONOMICS

MOBILIDADE ELÉTRICA E IMPACTO NOS CUSTOS DE RECOLHA

Nas diversas geografias, incluindo o nosso país, existe um crescimento significativo ao nível da mobilidade elétrica. Estimase que no final da próxima década, com uma redução natural do preço de venda dos veículos elétricos, estes representam

24 | JANI | FEV 2019

cerca de 1/3 das vendas totais de veículos no mundo. Alguns países já começaram a dar passos importantes como é o caso da China (Shenzhen) onde todos os autocarros são elétricos e os táxis serão os próximos. Para além das vantagens evidentes ao nível das emissões e qualidade do ar, ultrapassadas os desafios atuais a nível de carregamento, a mobilidade elétrica será claramente um game changer ao nível dos custos de recolha.

TECNOLOGIA BLOCKCHAIN

Esta tecnologia poderá no futuro permitir uma melhor rastreabilidade dos resíduos ao longo de toda a sua cadeia de valor e identificar quem são os responsáveis pela sua gestão, se está a cumprir e se é dado um destino adequado. A responsabilidade poderá ser logo atribuída aquando da produção do produto e registadas as diversas transações até ao seu destino final que não deverão ser a deposição ilegal (litter).

BIG DATA

Existem hoje ao nível dos operadores de gestão de resíduos e da indústria de reciclagem soluções cada vez mais inovadoras ao nível de robótica, machine learning e tecnologia de smart cities. E esta será a tendência futura: aplicações, georeferenciamento, sensorização, consumos, etc. Há que saber tirar partido da imensidão de informação que estará cada vez mais disponível conseguindo com isso um aumento da eficiência, uma otimização de custos e no final uma maior qualidade de serviço à população.



RUI BERKEMEIER
ESPECIALISTA DA ZERO

INCENTIVOS À REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM

O grande desafio que a gestão dos resíduos urbanos enfrenta nos próximos 10 anos é a criação de incentivos claros para a reutilização e reciclagem, que permitam a Portugal cumprir a meta de 60% de reutilização e reciclagem prevista para 2030.

Para desviar os resíduos recicláveis da incineração e do aterro há que aumentar substancialmente a Taxa de Gestão de Resíduos para estes destinos e com essa receita adicional premiar os sistemas de gestão que atingirem as maiores taxas de reciclagem, tal como é feito na Catalunha. Igualmente tem de terminar o apoio financeiro que é dado pelos consumidores de eletricidade à energia produzida nas centrais de incineração, uma vez que essa energia não é renovável.

ESTRATÉGIA PARA A RECICLAGEM

Os sistemas de gestão de resíduos urbanos que mais reacionam, como é o caso da zona de Treviso no norte de Itália, assentam na recolha porta-a-porta de todos os recicláveis (incluindo os orgânicos) e no PAYT (pagar em função da produção de resíduos indiferenciados).

Para Portugal, um dos grandes desafios nos resíduos urbanos é pois a substituição dos ecopontos por este sistema e complementar com um forte investimento na compostagem doméstica.

CONCRETIZAR O SISTEMA DE DEPOSITO E RETORNO PARA EMBALAGENS DE BEBIDAS

A decisão da Assembleia da República de criar um depósito para as embalagens de bebidas em plástico, metal ou vidro é fundamental para se garantir a sua recolha. Esse sistema vai arrancar já em 2019, mas o Ministério do Ambiente só estava a pensar estudar essa possibilidade em 2022. Esta medida só peca por tardia e vai permitir reciclar mais de 90% das garrafas e evitar a sua libertação no ambiente.

O grande desafio é agora garantir a sua adequada implementação e assim criar um sistema que premeie financeiramente que colabore com a reciclagem e penalize quem não adere.

RESOLVER A QUESTÃO DA EGF

Com a privatização da EGF, uma empresa privada ficou responsável pela gestão das unidades de tratamento de resíduos indiferenciados, cobrando às autarquias por esse tratamento, e também pela recolha seletiva. Ou seja, a mesma entidade (sublinho: privada) é quem cobra pelo tratamento dos resíduos indiferenciados, mas é também quem tem a possibilidade por reduzir esses resíduos através da recolha seletiva, numa situação clara de conflito de interesses.

É pois necessário que nos sistemas da EGF a recolha seletiva passe para as câmaras municipais, para este processo ser transparente e as autarquias, através da reciclagem, tenham a possibilidade de reduzir os resíduos indiferenciados e a conta que pagam à EGF.

FISCALIZAÇÃO DAS EMBALAGENS COLOCADAS NO MERCADO

Para se conseguirem atingir taxas elevadas de reciclagem de embalagens é necessário que se garanta o adequado financiamento da recolha seletiva. Ora isso só é possível se houver financiamento por parte de quem coloca as embalagens no mercado. No entanto, uma grande parte das embalagens urbanas colocadas no mercado continua a não pagar ecovale (em 2016 foram colocadas 1,25 milhões de toneladas de embalagens urbanas no mercado, mas apenas 700 mil toneladas pagaram ecovale).

É pois fundamental que o Ministério do Ambiente assumira que existe este problema para poder tomar medidas para a sua resolução.

TRANSPARÊNCIAS E DADOS SOBRE RESÍDUOS URBANOS

Este Governo e o anterior, através do PERSU 2020, criaram um sistema em que são contabilizados como reciclados os resíduos orgânicos que foram rejeitados nas unidades de Tratamento Mecânico e Biológico e posteriormente colocados em aterro. Com este artifício, só em 2016 foram contabilizadas como recicladas 270 mil toneladas de resíduos que foram para aterro e até pagaram Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), pelo que a Comissão Europeia já teve de exigir ao Governo Português que corrigisse esses valores. É pois necessário corrigir esta prática por parte do Governo uma vez que está a dar um sinal errado aos operadores de gestão de resíduos urbanos.

RESÍDUOS NÃO URBANOS FISCALIZAÇÃO

Na área dos resíduos não urbanos, Portugal já possui uma interessante capacidade instalada para o seu tratamento, mas falta a criação de um sistema eficiente de controlo das operações de gestão destes fluxos de resíduos.

Com efeito, verificam-se com frequência muitas situações de ilegalidade, com particular destaque para as lamas de ETAR, os Resíduos de Constituição de Demolição e os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos.

Falta agora rentabilizar a informação que já se pode obter com as e-GAR e articular o trabalho das diversas entidades responsáveis pela inspeção/fiscalização ambiental, nomeadamente a APA, a GAMAOT, as CCDRs e o SERVA.